

Por RGA, servidores se aglomeram em frente à Câmara Municipal

>> **Paulo César Desidério**
Redação DS

Cerca de 500 servidores públicos compareceram ao Plenário Daniel Lopes da Silva, na Câmara Municipal de Vereadores de Tangará da Serra. Como o número expressivo não condiz com a estrutura de acomodação oferecida pela sede do Legislativo tangaraense, boa parte dos funcionários públicos se aglomerou do lado de fora para acompanhar de perto a sessão.

O comparecimento em massa faz parte de um ato em menção ao estado de greve de-

flagrado pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais (SSERP). De acordo com o presidente, Eduardo Pereira, o ato surtiu efeito.

“A avaliação é positiva, por se tratar do primeiro ato que declaramos depois que foi deliberado em assembleia geral o estado de greve. Tivemos um número muito expressivo de servidores, tivemos em torno de 400 a 500 servidores tanto lá dentro quanto do lado de fora”, afirmou, ao elogiar a disposição dos funcionários públicos em se manifestarem.

“O servidor ouviu o pedido do sindicato, mostrou que está interessado em lutar pelos

seus direitos. O que estamos reivindicando é que o prefeito mande o RGA para a Câmara para ser aprovado. A Câmara está esperando o prefeito mandar esse projeto. Nós já conversamos com os vereadores e eles estão esperando. Só falta o prefeito mandar o projeto para a Câmara”, salienta, ao reforçar que o percentual exigido por lei corresponde a 6,28%.

Uma nova reunião discutirá os rumos das negociações, segundo Eduardo.

“Vamos tentar uma nova reunião com o prefeito para ver se a gente chega num acordo sobre o RGA. Mas, estamos satisfeitos e contentes por ser o primeiro ato”, pontuou.



Servidores lotaram áreas interna e externa da sede do Legislativo

CEI DAS FÉRIAS

SURPRESA

Maioria dos vereadores é contrária à abertura de Comissão Processante



Abertura de CP foi rejeitada por 8 a 5

>> **Paulo César Desidério**
Redação DS

Foi longa a Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Vereadores desta terça-feira, 08. Com seis horas de duração, o último ato dos parlamentares foi a análise do relatório redigido pela Comissão Especial de Inquérito (CEI), que sugeria a abertura de uma Comissão Processante (CP), para aprofundar investigações acerca de irregularidades quanto ao recebimento de férias indenizadas do prefeito Fábio Martins Junqueira (PMDB).

A CEI foi formada por Claudinho Frare (PSD), presidente; Vagner Constantino (PSDB), relator; e Dona Neide (PMDB), vereadora membro. Conforme o regimento da Casa, vereadores integrantes da CEI não podem votar. Assim, os três deram vaga aos suplentes: Romer Japonês (PSD), Edmilson Porfírio (PSDB) e Lourdes Fernandes (PMDB), que foram rapida-

mente empossados.

Após discussão acalorada, pela presença de munícipes no plenário, a pauta foi votada excepcionalmente de modo nominal e por ordem alfabética. Como o presidente não vota, 13 vereadores foram ao microfone anunciar seus posicionamentos. Resultado: 8 a 5.

Foram contrários à abertura da CP Ademir Anibale (PMDB), Lourdes Fernandes (PMDB), Maurizan Godói (PSD), Zedeca (PMDB), Niltinho do Lanche (PMDB), Romer Japonês (PSD), Ronaldo Quintão (PP) e Sandra Garcia (PSDB). Os vereadores favoráveis foram: Carlinhos da Esmeralda (PSC), Fabão (PSDB), Edmilson Porfírio (PSDB), Sebastian Ramos (PSB) e Wilson Verta (PSDB).

Bastante elogiado pelos argumentos utilizados no relatório da CEI, Vagner Constantino (PSDB), declarou estar de consciência tranquila com relação ao papel que lhe coube.

“O mais louvável é que em

nenhum momento nós ouvimos ninguém da sociedade contestar nosso relatório, fomos imparciais, procuramos fazer tudo da maneira correta. Por mais que tenhamos sido atacados em alguns momentos, não foi atacado o relatório e acho que isso é positivo”, afirmou, ao destacar que as investigações continuarão na esfera jurídica.

“A Câmara tem a sua liberdade para poder tomar as suas decisões, tomou a decisão que achava conveniente, apesar de ser contrário a nós. Achamos que precisamos de transparência de maneira limpa, correta. Não achamos que o prefeito tinha razão por pagamento nenhum. Entendemos que ele não tem razão para isso, tanto é que está com uma situação muito complicada com a justiça e vai ter problemas com o tribunal de contas se não conseguir um agravo no TJ ou STF para resolver essa condição”, acrescentou o vereador tuca-

no, que disse ainda que não ficou surpreso com o voto da colega de sigla, Sandra Garcia. “Surpreso não, mas não fiquei feliz com o discurso dela na tribuna. Acho que a pessoa tem o direito de votar da forma que quiser, mas contesta o que está escrito no relatório então, foi isso que nós fizemos”, pontuou.

De acordo com o presidente da Câmara, Hélio da Nazaré, os trâmites na câmara sobre a pauta ficam encerrados a partir de então.

“A votação para a abertura não passou porque precisava de 7 votos e essa questão na Câmara Municipal encerra o prosseguimento porque não se criou a CP”, concluiu.

Sandra Garcia justifica voto contrário

>> **Paulo César Desidério**
Redação DS

Sandra Garcia (PSDB) justificou o voto contrário à abertura de Comissão Processante (CP), contra Fábio Martins Junqueira (PMDB). A parlamentar, que foi vereadora em 2001 e participou de processo de cassação, lembrou que na época um colega foi assassinado, outros nove foram presos e a população foi lesada moralmente pela sucessão dos acontecimentos. “Entendo que Tangará não merece passar por isso novamente, não merece passar pela dor moral, nem afugentar investidores. Porque o prefeito

pagou as próprias férias e a justiça já seguiu, já garantiu e já bloqueou esse valor”, pontuou, ao esclarecer que o caso deste ano é diferente do de 2001.

O voto contrário de Sandra surpreendeu, por pertencer a um partido de oposição a Junqueira. A tucana disse ainda, que ilegalidade e corrupção são diferentes.

“A justiça entendeu que ele cometeu um ato de ilegalidade, que não é um ato de corrupção. Se ele tivesse cometido um ato de corrupção, nós iríamos até as últimas consequências, como fomos lá no passado”, acrescentou, ao dizer que um afastamento causa danos irreparáveis.



Vereadora compõe bancada do PSDB